

O LATIM NO DIREITO: do latim jurídico ao latim das Letras e das Ciências Humanas

Maurício Resende
(UNICAMP)

<http://orcid.org/0000-0001-7487-5043>

Márlcio Aguiar
(USP)

<http://orcid.org/0000-0002-9319-7783>

RESUMO

Este artigo propõe uma reflexão sobre o papel da língua latina dentro das práticas forenses e da cultura jurídica, defendendo que uma adequada compreensão do papel do latim dentro do universo jurídico requer maior atenção a respeito daquilo que tal língua traz para o esse universo. Para tanto, o presente trabalho faz referência à natureza histórico-linguística do então chamado latim jurídico e, em seguida, à problemática da proliferação de glossários e manuais de tal modalidade de latim que prescindem de uma reflexão linguística e histórico-cultural. Em segundo lugar, este artigo chama a atenção para a importância da compreensão do latim no latim, sobretudo para um entendimento menos raso das bases do Direito Romano e da História do Direito. Além disso, este estudo destaca o caráter linguístico do latim tanto no que toca à produção de enunciados quanto à compreensão deles, por meio de uma reflexão linguística explícita. Finalmente, o presente artigo atenta para a importância da língua latina e da cultura romana para a formação intelectual e acadêmica do jurista.

PALAVRAS-CHAVE: Língua latina; Latim forense; Latim jurídico; Direito Romano.

LATIN AT LEGAL WORLD: remarks on Legal culture and the interface with the linguistic field

ABSTRACT

This paper proposes a reflection on the role of Latin in legal practices and legal culture. Specifically, this work argues that a proper understanding of the role of Latin in the legal world requires more attention regarding what this language brings to that field. To suit this, this study sheds some light on the historical-linguistic nature of the so-called “legal Latin” and also on the proliferation of glossaries and manuals of this modality of Latin that do not contain linguistic and historical-cultural reflections. Secondly, this paper calls into attention the importance of understanding Latin through the Latin language, especially for a less shallow understanding of the bases of Roman Law and the Legal History. Furthermore, this work highlights the linguistic character of Latin in terms of both the production of utterances and their comprehension through explicit linguistic reflection. Lastly, it draws attention to the importance of the Latin language and the Roman culture for the intellectual and academic training of jurists and lawyers.

KEYWORDS: Latin; forensic Latin; legal Latin; Roman Law.

1. Introdução

Já se tornou lugar comum entre os juristas a afirmação de que o conhecimento da língua latina constitui parte fundamental na formação acadêmica de um profissional de Direito; no entanto, a trivialidade do reconhecimento da importância do latim tem levado cada vez mais estudantes e pesquisadores, ao contrário do que poderia parecer à primeira

vista, a um aparente descaso com o estudo da língua dos romanos e, adicionalmente, à falta de uma reflexão crítica sobre por que, de fato, ainda estudar latim na contemporaneidade, sobretudo na esfera jurídica.

Mais especificamente, quando questionados sobre o papel da língua latina no Direito, muitos juristas afirmam que o latim goza de imenso prestígio nas práticas forenses, pois atribui certa elegância ao discurso jurídico; entretanto, a falta de reflexão pode levar a argumentos circulares acerca do papel que a língua latina representa na cultura forense e na formação dos profissionais que nela operam.

Sendo assim, convém refletir de maneira mais sistemática sobre o real papel que o estudo do latim tem na formação jurídica e, consequentemente, de que modo a renúncia ao seu estudo pode empobrecer a formação acadêmica e intelectual de um profissional de Direito, partindo do princípio de que o latim é um dos instrumentos fundamentais do labor de um jurista e que, por isso, como língua, mantém-se vivo ainda que dentro de esferas restritas.

Além disso, a revificação da língua latina na cultura jurídica tem como consequência a criação e/ou a expansão do diálogo entre profissionais/pesquisadores da área de Direito e das áreas de Letras e de Estudos Clássicos, no sentido de que alvejam diferentes aspectos da cultura e da língua dos romanos, em uma comunhão de reflexões a respeito da incidência de heranças culturais da Antiguidade em práticas normativas correntes.

Sob essa perspectiva, este trabalho tem como objetivo refletir sobre o papel do latim como instrumento linguístico da cultura jurídica e analisar a maneira como o conhecimento do latim – indissociável da história e cultura romanas – incide sobre a resignificação da cultura clássica. Para tanto, examinam-se diferentes instâncias que alocam o latim dentro de algumas práticas da esfera jurídica.

2. O latim jurídico

A primeira e mais imediata forma de conceber a importância e a influência da língua latina na cultura jurídica versa sobre o que tem sido chamado neste artigo de “latim jurídico”, isto é, um conjunto de máximas, brocardos, termos técnicos e jargões das práticas discursivas forenses que aparecem – e continuam aparecendo – expressos em latim; conjunto este composto tanto por termos originalmente extraídos das fontes originais de Direito Romano quanto por expressões posteriores que, inspirados na

tradição romana, nomearam práticas, métodos, obras teóricas e situações de relevância jurídica desde o medievo europeu.

Historicamente o latim jurídico¹, como instrumento linguístico resguardado a práticas forenses, é uma variedade linguística que pertence ao que alguns latinistas e historiadores da língua nomeiam “latim tardio”². Como explicam Basso & Gonçalves (2014), essa variedade tardia de latim se refere genericamente ao emprego do latim como língua das práticas sociais e socioculturais ao longo da Antiguidade e da Idade Média – tais como administração, jurisdição, ciências, artes, política, etc. – e que se mantiveram muito mais por tradição cultural e social dos usos da língua (sobretudo da escrita) do que por força de uma unidade efetiva do Império. Língua das comunicações políticas e diplomáticas, o latim foi partilhado por juristas, teólogos e filósofos em seus respectivos campos de saber.

Além disso, o termo “tardio” recobre a oposição entre a variedade clássica da língua latina – ou seja, a forma de língua mais cuidadosamente trabalhada pelos escritores no apogeu do Império Romano, quando o latim³ era a língua nativa de uma comunidade – e a variedade de língua utilizada como padrão de escrita por falantes nativos de outras línguas, sobretudo depois da queda do Império Romano do Ocidente (476 d.C.).

¹ Em linguística românica, comumente emprega-se o termo “latim dos tabeliães” para fazer referência à variedade do latim utilizada na administração de documentos cartorários, escrituras e quejandos. Na literatura jurídica, o termo “latim forense” é o mais comum e utilizado como um equivalente, usualmente dando título a compêndios de expressões latinas regularmente utilizados na praxe do fórum. Neste trabalho, o termo “latim forense” é utilizado como uma espécie pertencente ao gênero “latim jurídico”, que engloba tanto as práticas forenses quanto demais práticas jurídicas e acadêmicas.

² Alternativamente, Cardoso (2009) fala em “latim pós-clássico” e Bassetto (2001) em “latim medieval”.

³ É preciso deixar claro, no entanto, que “latim” é um rótulo (em alguma medida, abstrato) empregado para nomear diferentes variedades de uma mesma língua usada no e pelo Império Romano. Além das formas literária (*sermo litterarius* ou *classicus*) e vernácula (*sermo uulgaris*), alguns textos fazem referência ao *sermo urbanus* – linguagem falada pelo estrato social culto –, ao *sermo plebeius* ou *rusticus* – variedade utilizada pela massa popular inculta –, ao *sermo castrensis* ou *militaris* – forma linguística do segmento militar – e ao *sermo peregrinus* – variedade do latim aprendida, de ouvido, pelos estrangeiros.

Assim, seja pela herança cultural seja pelo apego à tradição, o latim continua presente nas práticas jurídicas. Nesse sentido, é possível definir o latim jurídico como um recorte arbitrário de língua que une excertos de uma variedade clássica a instâncias de um latim tardio, instituindo uma terceira variedade, que está restrita a contextos linguísticos pré-estabelecidos por práticas jurídicas correntes – tendo por exemplo expressões comezinhas, tais como *habeas corpus*, *conditio sine qua non*, *fumus boni iuris*, *periculum in mora*, *ex lege* etc.

A respeito disso, Marchi (2005) comenta que é praticamente impossível folhear duas ou três páginas de um bom livro de Direito Civil, em qualquer idioma, sem se deparar com algum termo ou com alguma expressão em latim. Tal realidade fomentou o surgimento de uma série de manuais e glossários de latim jurídico que, em sua maioria, apresentam um conjunto de máximas e expressões em latim bastante recorrentes nas práticas jurídicas seguido de sua tradução (livre ou transliteral), às vezes com instruções de pronúncia, para guiar o jurista na assimilação imediata de expressões que lhe servem de instrumento de trabalho.

Sendo esse o caso, Marchi observa que o que se verifica é que muitos operadores do Direito que desconhecem a língua dos romanos apenas decoram um certo conjunto de expressões (às vezes sem compreender a sua real significação) e, com frequência, empregam-nas incorretamente, misturam-nas e confundem-nas, não raramente provocando ruídos na construção dos significados que querem veicular ou estabelecer, pelo mau uso do instrumento linguístico de que dispõem. Em algumas ocasiões não seria exagerado dizer que esse mau do instrumento linguístico torna supérfluo, ou até confuso, o emprego de tais expressões latinas nos textos jurídicos, sejam eles acadêmicos ou ligados ao foro.

Mesmo juristas mais experientes que têm consciência da rigidez e da artificialidade do chamado “latim forense” e assumem (inclusive explicitamente) que a tradução de brocardos jurídicos provoca verdadeira perda de significado dessas expressões latinas (não somente linguístico, mas também cultural e histórico), rendem-se ao consumo (ou à produção) de listas de expressões latinas com tradução para o português. Sob essa perspectiva, Lima (2011) chega a afirmar que a própria maneira de conceber o discurso jurídico se antagoniza entre quem tem, de fato, algum conhecimento de latim e quem o desconhece.

Ao encontro destas considerações, Furlan (2011) alega que as Humanidades – e, entre elas, o estudo das línguas clássicas, por exemplo –

perderam espaço, e talvez dignidade, por conta da transformação da visão de mundo de uma determinada concepção técnico-pragmático-utilitarista da educação, na qual o valor da técnica sobrepuja o da cultura; e o conhecimento imediato, o do aprofundado.

Nesse sentido, não é equivocado concluir que a proliferação de manuais e glossários de latim jurídico, em detrimento do incentivo do estudo sistemático da língua, acompanhado da reflexão a respeito de seus usos nas práticas jurídicas, acaba por alimentar uma cultura de um domínio tacanho de um instrumento (nesse caso, linguístico) tão importante para engendrar projetos de dizer e atribuir-lhes uma sutileza e elegância não somente linguística e estilística, mas também de um valor histórico e filosófico intraduzível.

Furlan observa ainda que o excesso de informações a que se está exposto na contemporaneidade contribui tanto para a formação enciclopédica do indivíduo quanto para a sua educação superficial. Desse modo, o domínio da língua latina (de sua sintaxe, de seu léxico, de sua semântica e até de sua fonologia) é, muitas vezes, subestimado quando o jurista prescinde do domínio efetivo do latim, limitando o seu repertório linguístico (e técnico), prejudicando, em alguma medida, a fluidez da construção dos significados, das intenções e das relações que deseja estabelecer.

3. O latim por trás da História do Direito

Discutir o papel das experiências históricas do Direito na formação do jurista extrapolaria muito os limites do presente trabalho⁴; no entanto, sabendo que disciplinas propedêuticas – tais como o Direito Romano e a História do Direito – possuem um papel na formação dos juristas e, em nível pragmático, estão presentes nos currículos universitários dos cursos de Direito, cumpre fazer algumas colocações a respeito do que o domínio da língua latina pode representar ao jurista e às suas reflexões.

Assim, não seria exagero considerar que, dentre outras funções, o latim exerceu por séculos o papel de “língua do Direito” – como destaca Schiavone (2009), não é por coincidência que a palavra latina *ius* designa, pela primeira vez na história, o disciplinamento autônomo e ordenador de regras sociais distintas daquelas da vida política ou comunitária. Foi o germe latino *ius* que originou, em perspectiva de longa duração, termos

⁴ Para reflexão sobre esse tema, cf. Costa (2010) e Hespanha (2012).

familiares como *iurisconsultus*, *iurisdictio*, *iurisprudencia*, *iudex* e *iudicare*. Em Roma, a criação de um campo de saber voltado exclusivamente ao *ius* importou ao longo dos séculos uma transferência da predominância da oralidade à escrita, ao menos, quanto à disseminação do saber jurídico.

À medida que o Direito dos romanos se convertia em uma *iuris scientia* sofisticada, também o emprego do latim, de sua terminologia e de sua sintaxe tenderam a se especializar. Não é possível, em última análise, contar a história jurídica ocidental sem recorrer a termos como *ius commune*, *ius civile*, *ius gentium*, *ius naturale*, *ius positivum*, *ius privatum*, entre outros; tais vocábulos exprimem conceitos que sintetizam largas porções das visões de mundo que sedimentaram o universo cultural e linguístico que ainda cerca o jurista.

Existia o latim e, a partir de então, também uma forma de latim jurídico, um latim *dos juristas*, que registrou marcas arcaicas da língua (a língua das XII Tábuas e das antigas *legis actiones*); que se especializou diante dos contextos sociais em que era empregado por seus falantes; linguagem que era debatida, duplamente e normativamente, na literatura jurídica desde os finais da República até os tempos de Bizâncio. É através do latim que se pode investigar – na esteira da proposta de Ando (2011, 2015) – não apenas *o que* os juristas do passado pensaram e consideraram a respeito do Direito, mas *como* pensavam, com todos os seus mecanismos de raciocínio, análise e de decisão.

Quer em sua forma clássica ou tardia, o latim foi o veículo de registro da história do Direito Romano⁵, assim permanecendo até alcançar a modernidade jurídica. Desse modo, apontar os enlaces da história do pensamento jurídico e das fontes do Direito com a história da língua latina é, portanto, uma afirmação relevante, ainda que despida de novidades. A respeito disso, Moreira Alves (2009) aponta não apenas a carência de traduções das fontes jurídicas latinas, um sinal que deve ser levado a sério como, de um modo mais geral, um déficit nos estudos acerca do “latim do Direito”, isto é, o latim utilizado pelos juristas desde então.

⁵ São praticamente inumeráveis as fontes latinas que servem ao estudo do Direito Romano e de sua história. A Lei das XII Tábuas, século V a.C., foi objeto de debates a respeito de sua reconstituição pelos romanistas; outras antigas leis, as deliberações do senado (*senatusconsulta*) e o *edictum perpetuum* dos pretores são fontes importantes a respeito do Direito republicano e carregam consigo discussões de fôlego jurídico, filológico e linguístico. Não obstante, a mais famosa fonte latina sobre Direito Romano é a compilação *Corpus Iuris Civilis*.

Exemplos da relação mútua entre as Letras e o Direito podem ser oferecidos em algumas pesquisas da seara do Direito Romano. De fato, os estudos que combinam um tratamento rigoroso entre conhecimento acerca da língua e o saber jurídico existem; poucos, no entanto, tomam essa mesma relação, latim e Direito (Romano), como um objeto próprio de investigação.

Além disso, Daube (1956), destaca a relevância dos estudos linguísticos, reagindo à historiografia romanística que tende a explicar toda dificuldade em interpretação nos textos através de hipóteses de interpolação ou adulteração; o remédio acadêmico a esse anacronismo, conforme Daube, exige levar a sério o estudo da língua(gem) latina dos juristas. Nesse contexto, Honoré (1962) ofereceu uma solução ao “mistério de Gaio” ao propor não exatamente a uma biografia do jurista nos moldes tradicionais, mas a partir do estudo da linguagem técnica dos juristas que a ele se referiram. É à luz das evidências linguísticas – tais como frequência no uso de tempos verbais e de nomes, bem como recorrências de citação – que são testadas as hipóteses historiográficas levantadas desde o séc. XIX para o jurisconsulto romano.

Posteriormente, Honoré (1978, 1981, 1982, 2010) versa sobre outras questões linguísticas como a identificação de diferentes estilos de composição, a estrutura do “latim oficial” e a investigação da autoria de textos disputados. Outro exemplo é encontrado em Ando (2011, 2015), o qual eleva certos mecanismos da linguagem – estabelecidos na linguística comunicativa – como partida para mapear estruturas e padrões de pensamento. Por meio de operações de linguagem presentes nos textos jurídicos romanos – arquétipos como metáforas, metonímias e analogias – Ando investiga a relação entre a linguagem empregada naquelas fontes com o conteúdo proposicional do discurso, apontando as relações entre a construção de um sistema imperial e a figuração do latim clássico, pré-condição das práticas imperiais e, ao mesmo tempo, um produto sofisticado do mesmo Império.

Adicionalmente, o conhecimento do latim, quando acompanhado de sensibilidade às formas de alteridade histórica e cultural, possibilita que o estudioso do Direito se defronte com antigas (nem por isso, menos novas) formas de conceber aquilo que é o Direito e qual é o seu lugar na sociedade, e nisso reside a importância de evitar o anacronismo e a sensação de similitude que os vocábulos latinos carregam consigo. Com relação a isso, os estudiosos de Letras estão em convergência com os

juristas no que tange ao necessário conhecimento da língua. Estes, por sua vez, têm condições de fornecer aspectos esclarecedores dos contextos nos quais os atores linguísticos obraram, de modo a iluminar a própria especificidade do latim jurídico.

Finalmente, vale a pena tecer algumas considerações sobre a contraposição de termos caros à História do Direito – no latim e no vernáculo –, a saber, qualquer manual de introdução ao Direito Civil dedica um bom número de linhas à discussão dos conceitos de “pessoa”, “personalidade” e “indivíduo”. Qualquer jurista sabe que o termo “pessoa” deriva de *persona* e que este, por sua vez, indica um tipo específico de “máscara” utilizado no teatro, indicando o papel de um dado ator dentro da estória encenada. Tal afirmação, repetida a esmo, não está incorreta; porém, considerações menos superficiais a respeito das fontes latinas poderiam e deveriam ser feitas.

Na verdade, o termo *persona* é raro no Direito Romano; um termo mais adequado e, ainda assim, igualmente pouco utilizado pelos antigos jurisconsultos é *status*. Existem razões para que seja assim: para o pensamento jurídico antigo, é a função que as pessoas e as coisas ocupam a baliza de uma ordem objetiva e prévia do mundo, isto é, o “estado” que ocupa em determinada sociedade, dentro de certas relações, no interior de uma tessitura social. Mesmo o vocábulo *individuus* não significa mais do que “aquilo que não é divisível”. A expressão *persona* nos textos jurídicos romanos serve não para destacar a “individualidade” de alguém, mas especialmente, sua função na ordem; o ator do teatro antigo é tão melhor quanto conseguir abandonar sua identidade e interpretar a personagem.

O “homem em si” não é uma preocupação fundante do pensamento jurídico pré-moderno. Nesse aspecto, a própria linguagem antiga é deficitária para designar a individualidade. O déficit da visibilidade individual e a superabundância da pluralidade é uma marca cultural peculiar a um momento da história; essa distinção está impressa na linguagem e vocabulário dos romanos. O conhecimento da língua latina é o primeiro passo, não suficiente por si só, mas evidentemente necessário, à compreensão do passado.

Os exemplos poderiam ser multiplicados, mas poucos seriam tão emblemáticos quanto aquele da moderna palavra “Estado”. Ao atentar para o original latino se encontra não a palavra *status*, mas expressões como *res publica* ou *ciuitas*. É a contiguidade com o pensamento contemporâneo que tenta adequar os textos antigos a uma realidade que lhes é es-

tranha. De modo algum colocam-se em xeque a utilidade e a necessidade de traduções acadêmicas às fontes jurídicas latinas. Muito pelo contrário, o diminuto acervo à disposição dos estudiosos é sintoma de um afastamento bastante preocupante do jurista – mesmo dos acadêmicos – não apenas com a reflexão sobre a língua como também do domínio basilar do seu instrumental. Nesse sentido, mesmo o latim do foro se encontra distante do cotidiano dos juristas.

Assim, a aliança entre o conhecimento do latim – entendido no presente trabalho, também, como algo que pressupõe familiaridade com os textos clássicos – e a abertura às diferentes experiências da história jurídica é um pressuposto que deveria ser tomado como fundamental para aqueles que desejam extrair alguma reflexão do Direito Romano ou da História do Direito. Mesmo que o português dispusesse de um bom número de traduções competentes das fontes *jurídicas* do passado – e ainda não dispõe⁶, como salienta Moreira Alves (2009) –, não há substitutivo adequado para o contato com os textos originais.

Naturalmente, a única forma de chegar ao passado é através de seus registros materiais – entre eles, a língua latina contida nos documentos – que os estudiosos do Direito podem encontrar para refletir acerca do fenômeno jurídico. O latim permanece como repositório de culturas jurídicas diversas das contemporâneas, e carrega consigo o lembrete da relação entre formas jurídicas e linguagem.

4. O latim por trás do português

A afirmação de que o português é uma língua (neo)latina ou românica, isto é, que origina do latim já pertence ao conhecimento do senso-comum; todavia, o entendimento das consequências históricas e linguísticas dessa asserção é bem menos trivial. Por essa razão, cumpre tecer alguns comentários a respeito daquilo que, de fato, corresponde ao “latim por trás do português”, para, então, compreender a dimensão histórica,

⁶ Esta é outra particularidade que reforça o diálogo necessário entre profissionais de Letras e Direito: a ausência de traduções de textos jurídicos antigos. Enquanto a tradução de obras da literatura e poesia latinas é uma *conditio sine qua non* no ambiente acadêmico de Letras Clássicas e de editoras voltadas a esse público, não se pode dizer, por ora, o mesmo do Direito Romano; são ainda poucos os trabalhos acadêmicos que efetivamente oferecem traduções para essas fontes históricas do Direito.

linguística e cultural que subjaz à importância do conhecimento do latim para uma compreensão mais analítica da língua portuguesa.

Como já mencionado, “latim” é, na verdade, um rótulo que recobre diversas variedades linguísticas presentes e atuantes na constituição do Império Romano e, entender a formação histórica da língua portuguesa requer atenção especial para duas dessas variedades: o *latim clássico* e o *latim vulgar*. Esta diz respeito à língua falada pelo povo, língua vernácula da maioria da população romana, com poucos e fragmentados registros escritos, além de ser a variedade empregada como língua de dominação levada pelos soldados aos povos conquistados. Em oposição, aquela era uma língua artificial, reservada à escrita da elite – sobretudo à escrita literária – e consistia de uma variedade linguística monitorada e não dinâmica, com preocupação estética.

No âmbito dos estudos de linguística românica, afirma-se consensualmente que a variedade que deu origem ao português – e às outras línguas românicas – foi a do latim vulgar, mediante transmissão oral, seja por situações de dominação seja por instâncias de aquisição da linguagem (como primeira ou segunda língua). Naturalmente, em uma visão macroscópica, com o passar dos séculos, uma língua transmitida oralmente, não assegurada por uma variedade escrita e sujeita a constantes influências linguísticas de contato com diferentes línguas e a instabilidades territoriais acabou favorecendo a formação de muitos dialetos de tal sorte que, em um dado momento, essa dialetação ensejou o surgimento de falares intercompreensíveis entre si, o que culminou na formação de novas línguas, dentre elas, o português.

Paralelamente ao desenvolvimento linguístico do latim vulgar, a variedade clássica exerceu influência ímpar na constituição do português em diferentes momentos históricos, sobretudo por ter se tornado uma variedade linguística sinônima de cultura, prestígio e poder. No que tange ao já referido latim tardio, para Bassetto (2001), língua de adstrato permanente, a influência do latim na formação do português é constatada principalmente por empréstimo lexical ou morfológico (os famigerados radicais latinos) com vistas a formar um repertório linguístico de prestígio.

Nesse sentido, as formas latinas reinseridas aparecem na língua tanto na forma de novos vocábulos para designar novos objetos, tais como óculos (em plena convivência com *olhos* – forma hereditária da própria palavra latina) quanto na substituição de formas vernáculas por latinizadas, por serem estas mais prestigiadas; dentre elas, *digno* (substituindo *dino*) e *crônica*

(sobrepondo-se a *coronica*). Além disso, a produtividade de formas eruditas ou semieruditas (assim chamadas) também se deu no âmbito da morfologia, mediante empréstimo de radicais latinos – mas também gregos – encontrados em palavras como *internacional* e *televisão*, por exemplo.⁷

Dadas essas considerações, uma terceira forma (ainda que menos imediatamente visível) de conceber a língua latina como uma importante ferramenta do labor jurídico versa sobre o empoderamento do jurista acerca do seu principal instrumento de trabalho, qual seja, a língua. Cardoso (2009) salienta que o conhecimento de latim enseja uma reflexão mais profunda acerca do sistema linguístico do português, possibilitando o estabelecimento de relações entre as palavras e a solução de muitos “enigmas” da língua, idiossincráticos do ponto de vista sincrônico.

Mais especificamente, o estudo do latim permite ao jurista uma consciência explícita e profunda do sistema linguístico do português, tornado muito mais orgânica a relação do profissional de Direito com a língua portuguesa. Além disso, o exercício de uma língua elegante, concisa e altamente sintética como o latim potencializa a reflexão linguística do jurista não somente por maximizar a sua fluidez na intercompreensão (ampliando o seu repertório linguístico e translinguístico), mas também por endossar, como defende Almeida (2011), o desenvolvimento da inteligência, do raciocínio e do espírito de observação.

Sob essa mesma perspectiva, Pereira (2012) reconhece a importância do conhecimento explícito da língua (e da linguagem) que assegura maior propriedade à manipulação (e à produção) de um discurso jurídico por um profissional de Direito. De um ponto de vista mais objetivo e pragmático, Silva & Montagner (2012), no que tange ao estudo do latim, entendem que o domínio da sintaxe latina gradualmente colabora para o aperfeiçoamento do processo de escrita, já que a coerência e a coesão textual assim como a paragrafação e a escolha lexical se ampliam progressivamente, uma vez que o contato com o latim opera (principalmente) com dois elementos fundamentais de um texto bem escrito (e persuasivo), a saber, a concordância e a regência.

Adicionalmente, um bom exemplo da ampliação das relações entre o léxico – e da intercompreensão – é encontrado em Jones & Sidwell

⁷ É preciso deixar claro, entretanto, que a acomodação de peças morfológicas e/ou lexicais de origem latina envolvem processos mais complexos do que a sua mera introdução na língua. Por motivos de espaço e escopo essas questões não aparecem discutidas neste artigo, cf. Resende (2018) para discussão e referências.

(2012) com a análise da palavra latina *forum* e alguns vocábulos a ela lexicalmente relacionados. Os autores explicam que *forum*, o centro legal e comercial de uma cidade, significa basicamente “exterior” e está relacionado a *forēs* (‘porta’) e ao advérbio *forās* (‘fora das portas’); *forum* deriva o adjetivo *forēnsis* (‘ligado ao centro legal e comercial’), daí em português “forense” (‘relativo à lei’); *forestis* é um adjetivo latino tardio frequentemente associado a *silva* (em português, “selva”), então, *forestis silva* significa “um bosque exterior às portas”, e daí “floresta” em português.

Dadas essas considerações, não é equivocado afirmar que a consciência da relação (pelo menos etimológica) entre as palavras *fōrum*, *forense*, *fora* e *floresta*, por exemplo, escapa totalmente do conhecimento intuitivo de um falante do português como língua materna, e essa afirmação não se aplica unicamente a grupos de palavras não mais imediatamente relacionados no português contemporâneo, mas também àquilo que alguns morfólogos chamam de “lexicalização rizomórfica” (ou “rizomorfêmica”), isto é, à relação lexical que se estabelece, na sincronia, entre palavras com significado relacionado, mas com forma morfofonológica distinta, como é o caso de *cabeça/decapitar*, *areia/arenoso/arena*, *lua/lunar/lunático* etc.⁸

É verdade que esse tipo de conhecimento sofisticado de língua portuguesa interessa imediatamente muito mais a profissionais de Letras, latinistas, historiadores da língua e àqueles que operam mais diretamente com a língua; entretanto, o ponto que está sendo defendido nesta seção é justamente o de que os juristas pertencem ao grupo de profissionais que trabalha diretamente com a língua, já que, em última análise, ela é o seu principal instrumento de trabalho, em suas formas escritas e oralizadas, de um ponto de vista retórico.⁹

Remetendo à tradição romana e, igualmente, à etimologia, um patrono ou advogado – do latim *patronus* e, a certa altura da história romana, *ad uocatus*, “aquele que é chamado em favor de” – é o profissional escolhido para defender o cidadão comum em uma das práticas discursivas com maior grau de formalidade da sociedade, a qual requer o domínio de uma variedade formal, técnica e monitorada de língua necessária não

⁸ Do latim *caput/capitis*, *arena/arenae*, *luna/lunae* respectivamente.

⁹ Ainda que, conforme observa Resende (2012), a maneira de implementar os estudos de latim na formação de um jurista divirja, em muitos aspectos, da maneira como eles são concebidos pelos profissionais das áreas de Letras, por exemplo.

somente para atribuir propriedade, imponência e elegância ao discurso do jurista, mas também (e sobretudo) para potencializar o seu poder de persuasão sobre a audiência. Por essa razão, boa parte do grau de sucesso de um jurista está intimamente relacionado ao seu grau de domínio do seu principal instrumento de trabalho, a saber, a língua; e o conhecimento de latim (aliado ao do próprio português) constitui uma maneira ímpar de facilitar – e aprimorar – esse domínio.

5. O latim por trás da cultura ocidental

Finalmente, uma quarta forma de considerar o latim, direta ou indiretamente, como um instrumento fundamental das práticas na cultura jurídica versa sobre a relação dessa língua com os pilares da civilização ocidental. E, nesse sentido, a língua latina, indissociável da cultura romana, representa e expressa aspectos importantes de autoconhecimento e reflexão que estão na base (embora não exclusivamente) da cultura do ocidente.

Sob essa perspectiva, Furlan (2011) elenca alguns pontos que resumizam (ainda que não exaurem) a influência e relevância da língua dos romanos no cerne das formas de educação e expressão do Ocidente; como comenta o autor, o latim era (i) a língua materna – e língua oficial – da civilização ocidental e, posteriormente à queda do Império Romano, tornou-se a língua de resistência, de (re)organização e de (re)educação das comunidades; (ii) o idioma oficial da Igreja Católica durante o medievo e, àquela época, conhecê-lo significava possuir poder.

Adicionalmente, Furlan comenta que a língua latina (iii) funcionava como língua franca na Idade Média e, após o Renascimento, no auge da revitalização da cultura clássica, influenciadora das línguas românicas, passou a ser ensinada como língua estrangeira; (iv) no final do medievo, com o surgimento das universidades, assume o papel de língua da academia, da cultura e da Ciência – o que explica a vasta quantidade de estudos técnicos e científicos escritos nessa língua naquela época.

Feitas essas considerações, o autor conclui que o latim – assim como o grego – não é uma simples disciplina, visto que representa um universo e envolve uma grande variedade de assuntos, tais como língua, literatura, filosofia, religião, arte, jurisdição, além de história política, social, econômica e intelectual. Nesse sentido é que conhecer o latim e, por meio dele, a sociedade que lhe deu voz enseja a compreensão dos fundamentos de uma civilização e de uma cultura que estão na raiz não

somente da sociedade contemporânea ocidental, mas também de todas as Humanidades que lhe constituem. Por essa razão, o conhecimento do latim é peça fundamental da formação de um jurista – assim como de qualquer profissional das Ciências Humanas – uma vez que é por meio dessa língua que se entra em contato direto com marcos do pensamento jurídico e político ocidental.

Nussbaum (2015) endossa o argumento de que a educação para uma cidadania democrática exige não apenas grande quantidade de conhecimentos factuais e lógicos, mas também aquilo que a autora chama de “imaginação narrativa”, encontrada especialmente no domínio da literatura e das artes. Para Nussbaum, uma educação cidadã e democrática é aquela que visa garantir a capacidade do indivíduo em se relacionar com um mundo, mais complexo que si mesmo, à sua volta; um mundo em que não se está sozinho e que requer a competência de reconhecer o lugar de outros seres diferentes de si seja no tempo e no espaço seja nos costumes. É, em suma, uma competência para a compreensão e para o diálogo, proficiências que o estudo das Humanidades estimula.

Sob essa ótica, as Humanidades desempenham um papel nesse tipo de educação que não se limita apenas à básica, mas pode ser plenamente estendida à educação jurídica. O profissional do Direito das democracias contemporâneas requer uma formação tão completa quanto necessária para dar conta das operações jurídicas de sua sociedade; ao lado do indispensável conhecimento técnico do Direito, o desembaraço em se movimentar pelas Humanidades deve ser considerado fundamental para as diversas profissões do Direito e à reflexão social que parte do fenômeno jurídico. Assim, a compreensão de que o Direito é um processo de construção complexo que envolve a si e aos outros, reflexões que tanto mais são potencializadas pela consciência do papel da língua(gem) no seu interior.

O Direito, como multifacetado produto cultural, opera simultaneamente através da língua e se desenrola historicamente. Seja através da experiência jurídica do passado, seja através da reflexão sobre a língua, está inserido no programa das Humanidades. A renúncia ou a simples desatenção a esse ponto implica no empobrecimento das potencialidades de tal área do saber. Desse modo, o estudo do latim é o ponto de intersecção entre muitas disciplinas que fomentam a formação intelectual do indivíduo, sobretudo por meio do autoconhecimento e da reflexão explícita da identidade de sua sociedade bem como a de sua própria. A língua, como instituidora de relações, permite que se estabeleçam conexões que ensinam a

construção (e o reconhecimento) da sua subjetividade; portanto, o latim é a língua veículo de acesso às bases da cultura que o jurista está imerso.

6. Considerações finais

Este estudo teve por objetivo refletir de uma maneira mais sistemática a real importância da língua latina dentro das práticas jurídicas contemporâneas. Mais especificamente, o presente trabalho visou desmistificar a figura sacra que o latim assume dentro de certa cultura jurídica para, de fato, promover a compreensão do papel dessa língua na instituição das relações dentro das práticas discursivas dos juristas e operadores do Direito, com vistas tanto a explicitar a influência e a importância da língua latina quanto a alertar para os dolos que o descaso com esse instrumento linguístico pode desencadear.

Primeiramente, fez-se referência à natureza histórico-linguística do então chamado latim jurídico e, em seguida, à problemática da proliferação de glossários e manuais de tal modalidade de latim que prescindem de uma reflexão linguística e histórico-cultural. Em segundo lugar, o presente trabalho chamou a atenção à importância da compreensão do latim no latim, sobretudo para um entendimento menos raso das bases do Direito Romano e da História do Direito.

Além disso, este estudo destacou o caráter linguístico do latim tanto no que toca à produção de enunciados quanto à compreensão deles, por meio de uma reflexão linguística explícita. Finalmente, atentou-se para a importância da língua latina e da cultura romana para a formação intelectual e acadêmica do jurista – bem como de qualquer outro profissional das Ciências Humanas.

Dadas essas considerações, é possível não somente reafirmar o caráter fundamental que a língua latina tem nas práticas jurídicas e na formação do jurista, mas também mostrar que a língua latina e o ideário romano estão de tal forma enraizados na cultura jurídica que os limites (e os níveis) de intersecção entre latim e Direito são muito mais extensos e estão muito mais sedimentados do que poderia parecer à primeira vista, tornando muito mais nociva (para a formação e exercício jurídicos) a negligência ao seu conhecimento e domínio. Adicionalmente a isso, ao explicitar o papel do latim como instrumento linguístico é possível revificar aspectos relevantes da cultura clássica e tornar mais visíveis os possíveis diálogos do Direito com a própria área de Letras.

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, Napoleão Mendes de. **Gramática latina**. 30. ed. São Paulo: Saraiva, 2011.
- ANDO, Clifford. **Law, language, and empire in the Roman tradition**. Philadelphia: University of Pennsylvania, 2011.
- _____. **Roman social imaginaries**: Language and thought in contexts of empire. Toronto: University of Toronto, 2015.
- BASSETTO, Bruno Fregni. **Elementos de filologia românica**: história externa das línguas românicas. São Paulo: Edusp, 2001. v. 1.
- BASSO, Renato Miguel; GONÇALVES, Rodrigo Tadeu. Do indo-europeu ao latim vulgar. In: _____. **História concisa da língua portuguesa**. Petrópolis: Vozes, 2014.
- CARDOSO, Zelia de Almeida. **Iniciação ao latim**. São Paulo: Ática, 2009.
- COSTA, Pietro. **Soberania, representação, democracia**: ensaios de história do pensamento jurídico. Curitiba: Juruá, 2010.
- DAUBE, David. **Forms of Roman legislation**. London: Oxford University, 1956.
- FURLAN, Mauri. Aprender latim no século XXI. In: AB VRBE CONDITA: DIÁLOGOS ENTRE DIREITO ROMANO, HISTÓRIA DO DIREITO E CULTURA LATINA, 2011, Florianópolis. **Anais...** Florianópolis: UFSC, 2011.
- HESPAÑA, António Manuel. **Cultura jurídica europeia**. Lisboa: Almedina, 2012.
- HONORÉ, Tony. **Gaius**: a biography. Oxford: Clarendon, 1962.
- _____. **Tribonian**. London: Duckworth, 1978.
- _____. **Emperor and lawyers**: with a Palingenesia of third-century imperial rescripts, 193-305 AD. Oxford: Oxford University, 1994.
- _____. **Ulpian**: Pioneer of human rights. Oxford: Oxford University, 2002.
- _____. **Justinian's digest**: Character and Compilation. Oxford: Oxford University, 2010.
- JONES, Peter V.; SIDWELL, Keith C. **Aprendendo latim**. São Paulo: Odysseus, 2012.
- LIMA, José Erigutemberg. Latim: língua e Direito vivos. **Revista Jurídica – CCJ**. Blumenau. n. 30. v. 15. 2011. p. 84-110.
- MARCHI, Eduardo Cesar Silveira Vita. Prefácio. In: MADEIRA, Hércio. Maciel França; RODRIGUES, Darci Roberto Martins. **Introdução ao latim jurídico**:

Lucerna Iuris. São Paulo: Quartier Latin, 2005.

MOREIRA ALVES, José Carlos. **Estudos de Direito Romano**. Brasília: Senado Federal, 2009.

NUSSBAUM, Martha C. **Sem fins lucrativos**: por que a democracia precisa das humanidades. São Paulo: Martins Fontes, 2015.

PEREIRA, Francisco Caetano. **O latim no discurso jurídico**. Recife: Linceu, 2012.

RESENDE, Maurício Sartori. O latim para o Direito. In: SEMANA DE PESQUISA E EXTENSÃO DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA, 11, 2012, Florianópolis. **Anais...** Florianópolis: UFSC, 2012.

_____. Competência morfológica e gênese histórica: limites entre diacronia e sincronia. **Filologia e Linguística portuguesa**. São Paulo, v. 20, n. 1, 2018. p. 61-76.

SCHIAVONE, Aldo. **Ius**: la invención del derecho en Occidente. Córdoba: Adriana Hidalgo, 2009.

SILVA, Amós Coêlho da; MONTAGNER, Airto Ceolin. **Ars latina**: curso prático de língua latina. Petrópolis: Vozes, 2012.

Recebido em: 22/08/2018

Aceito em: 21/03/2019